



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DA UFPE ATTENA**

Eu, Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos, vinculado ao Departamento de Políticas e Gestão da Educação, orientador do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “A INFLUÊNCIA DAS FUNDAÇÕES EMPRESARIAIS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: ANÁLISE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2023-2024)”, de autoria da estudante concluinte da graduação em Pedagogia, Maria Vitória Costa Magalhães, autorizo a submissão de seu trabalho no Repositório Digital da UFPE ATTENA.

Recife, 30 de abril de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br THIAGO RODRIGO FERNANDES DA SILVA SANTOS
Data: 30/04/2025 14:02:22-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura do Orientador

A INFLUÊNCIA DAS FUNDAÇÕES EMPRESARIAIS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: ANÁLISE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2023-2024)

Maria Vitória Costa Magalhães¹

Thiago Rodrigo Fernandes da Silva Santos²

Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar a presença de atores ligados às fundações empresariais em cargos de liderança do Ministério da Educação (MEC), durante os dois primeiros anos do terceiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva. A abordagem da pesquisa foi qualitativa, de cunho exploratório, tendo a etnografia das redes como mote analítico. Esta, possibilitou o mapeamento das conexões entre atores e suas redes de influências no campo da política educacional. Os resultados indicam que um número significativo de atores, que ocupam cargos de liderança no MEC, possuíam vínculos com fundações empresariais antes de tomar posse, o que denota forte influência dos interesses do setor privado na proposição das políticas públicas educacionais brasileiras. No arremate, são indicados alguns dos caminhos para uma análise apurada sobre as variadas formas de conjugação do verbo privatizar no campo educacional brasileiro.

Palavras-chave: atores privados; educação pública; fundações empresariais; Ministério da Educação; privatização.

Introdução

A presença do empresariado e de seus atores no interior dos órgãos públicos não é incomum. Entre idas e vindas, a iniciativa privada atravessou diferentes espectros políticos e conjunturas de crise, fomentando sua tendência hegemônica. Seja por meio de organizações da sociedade civil, com ou sem fins lucrativos, ou instituições privadas, aos poucos esses organismos coletivos – tais como Fundação Lemann, Fundação Ayrton Senna, Instituto Natura, Fundação Roberto Marinho, dentre outras, foram se consolidando nos espaços de proposições e debates sobre política educacional.

Esse fenômeno é evidenciado, conforme destacado por Saviani (2007), no caso do Todos pela Educação (TPE), organização da sociedade civil sem fins lucrativos e suprapartidária que tem como principais parceiros fundações empresariais. Após um ano do seu lançamento, o TPE influenciou as diretrizes e metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído a partir do Plano de Metas Todos Pela Educação. Está expresso no documento a necessidade de instituição de novos mecanismos de regulação da gestão escolar e a parceria com a sociedade civil em busca de melhores

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Orientador. Doutor em Educação. Professor do Departamento de Políticas e Gestão da Educação (DPGE), Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

resultados, para, assim, estabelecer a responsabilização (*accountability*) de professores e gestores sobre o fracasso escolar (Lamosa, 2017).

A performatividade e o gerencialismo do Estado (Ball, 2005), através de uma concepção neoliberal, dão base para ideias defendidas por essas organizações para as políticas públicas educacionais do país, em detrimento da educação que enxerga o indivíduo como um sujeito integral, de características e contextos frente ao processo de criticidade e construção do conhecimento. A partir do exemplo do TPE é possível perceber as consequências negativas que organizações com essa intencionalidade, quando ocupam espaços de proposições de debates de ideias, podem gerar para a educação pública brasileira.

Sabendo disso, a problemática que guia o presente trabalho é a de entender como, e com quais objetivos, atores ligados às Fundações Empresariais ocuparam cargos no Ministério da Educação (MEC), especificamente entre o período de 2022 a 2024, dois primeiros anos do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, doravante Lula 3. Parte-se da hipótese que atores que ocupam cargos de liderança no MEC, no período já pontuado, transitaram em espaços relacionados a organizações ligadas a fundações empresariais, seja através de cargos ocupados dentro delas, consultorias prestadas ou formações ofertadas por essas entidades, possibilitando, assim, que ideias e interesses transitem conforme os lugares que esses atores ocupam.

Esse trabalho está dividido em duas partes e uma conclusão, construída a partir de uma pesquisa qualitativa. A metodologia escolhida é chamada de etnografia das redes, proposta pelo sociólogo britânico Stephen Ball (2014) para analisar o campo da política educacional. O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar como atores ligados às fundações empresariais circulam entre empresas, conselho de governos, alta-burocracia e Executivo Nacional, fazendo também circular suas propostas.

Delimitamos enquanto objetivos específicos: a) Contextualizar, a partir do conceito de Estado ampliado e intelectuais orgânicos, como os atores sociais se movimentam no campo de disputa; b) Compreender a partir do conceito de “porta giratória”, abordado por Francisco Durand (2016), as redes sociais estabelecidas entre o público e o privado; e, c) Analisar as consequências da presença de atores ligados às fundações empresariais que contribuem para a privatização da educação.

Contexto Histórico

Segundo Martins (2013), desde 1995, o Estado brasileiro encontra uma correlação de forças que privilegia a lógica da esfera privada em vários âmbitos, que serviu de base para sustentar as reformas educacionais, a partir de 2003, propostas no primeiro Governo Lula. Conforme apontado anteriormente, o Todos Pela Educação (TPE), criado em 2006, durante o primeiro governo Lula, alterou a conjuntura que estava posta no campo educacional no Brasil à medida que iniciou a influência de percepções significativas nas políticas públicas da educação.

Durante os governos seguintes, Dilma Rousseff I e II (2011-2014 e 2015-2016), essa influência foi sendo aprofundada e consolidada, a partir dos atores que circulavam dentro das discussões pautadas no âmbito educacional. Isso faz-se perceptível, por exemplo, através da nomeação de Henrique Paim para o cargo de Ministro da Educação, membro-fundador do TPE.

Após a chegada de Michel Temer ao poder, em 2016, foram operados contínuos movimentos de precarização da educação brasileira, sendo o primeiro que gostaríamos de destacar: a reforma do ensino médio³. Uma tragédia anunciada pelos profissionais de educação tornou-se uma realidade desastrosa. Itinerários formativos não ofertados, professores ministrando aulas que não contemplam a sua formação inicial por ser a única opção e aumento das desigualdades entre a escola pública e privada – esses são só alguns exemplos que constroem o retrato do que é o “novo” ensino médio, na prática.

Outra movimentação que aconteceu durante o curto governo de Temer foi a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A discussão para a criação de uma nova base já vinha acontecendo durante a gestão de Dilma e algumas versões, inclusive, foram feitas a partir de consulta pública e da participação de professores dos estados e municípios. No entanto, com a posse de Temer, a mudança de ministro de educação para Mendonça Filho, defensor de interesses da iniciativa privada no campo educacional, a troca dos conselheiros do Conselho Nacional de Educação (CNE), da articulação do Movimento Pela Base, uma rede de pessoas e organizações ligadas a diversas fundações empresariais que fizeram um documento de proposições, e desconsiderando as propostas anteriores, uma nova BNCC foi

³ Política educacional, estabelecida através da lei 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9394/96) no que tange o ensino médio. As principais mudanças foram a ampliação de 800 horas para 1.000 horas anuais, a carga horária dividida entre os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os itinerários formativos, que visam o ensino profissionalizante e a formação técnica para o mercado de trabalho. Apesar da aprovação ter se dado no ano de 2017, o “Novo Ensino Médio”, assim intitulado pelos governantes e mídia, começou a ser instituído na escola no ano de 2022 e dados os entraves que surgiram nesses primeiros anos de implementação, já existiram mudanças na lei em 2024.

elaborada e aprovada. A partir de competências e habilidades, a base foi constituída sem qualquer escuta daqueles que estão no chão da escola – lê-se, os professores.

A partir de 2019, com a posse de Jair Bolsonaro, a conjuntura muda de cenário. Mesmo com nomes de membros fundadores do TPE, como Viviane Senna e Mozart Ramos, sendo ventilados para a nomeação de ministro da educação, os convites não foram oficializados por terem divergência em pautas conservadoras primordiais para o mandato eleito (Cariello, 2021). Ainda segundo essa autora, foi verificada uma perda de espaço do Todos Pela Educação no Estado Brasileiro nos principais órgãos educacionais deliberativos, como o MEC e o CNE.

No entanto, é importante deixar claro que a perda de espaço no CNE não significa, necessariamente, uma perda de influência no âmbito nacional, pois a organização tem capilaridade nas suas ferramentas de comunicação, em outras organizações da sociedade civil, mas principalmente, nas prefeituras e secretarias de educação dos estados (Cariello, 2021).

Após a vitória de Lula da Silva para o seu terceiro mandato, existe um movimento de retomada da mesma política que veio sendo desenvolvida durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), só que dessa vez com uma força maior para ditar as políticas educacionais que atravessam a educação pública brasileira.

Para as fundações empresariais o Estado, supostamente, seria incapaz de gerir de forma eficiente a educação, a exemplo dos baixos resultados educacionais observados em índices dos estudantes brasileiros nos processos avaliativos nacionais e internacionais, tais quais o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

Considerando o avanço de ideais neoliberais nas esferas políticas e decisórias, encabeçados por atores sociais ligados a iniciativa privada, esses grupos defendem e promovem processos de privatização que impactam diretamente a formulação e implementação de políticas públicas educacionais. Este fenômeno torna-se relevante, pois esses atores estão cada vez mais envolvidos nos espaços e nas discussões que moldam o futuro da educação pública brasileira, com pautas que defendem os interesses do mercado e aumentam as desigualdades. Portanto, faz-se necessário entender como esses atores influenciam as políticas por meio de suas redes, quais são seus interesses e as implicações de sua participação ativa no sistema educacional.

Estado, sociedade civil e iniciativa privada

A partir dos estudos de Silva Filho (2023) sobre a obra de Gramsci (1971), compreendemos que a iniciativa privada atua como um mecanismo que atravessa o Estado e a sociedade civil para concretizar o seu projeto de classe. Ao mesmo tempo, atua em um processo de convencimento da sociedade a fim de garantir o consentimento das classes subalternas para estabelecer uma relação de domínio e liderança sobre elas.

Krawczyk (2009) destaca que o setor empresarial tem ocupado, de forma cada vez mais enfática, o espaço de construção de um projeto político educacional para o País, sendo inclusive reconhecido como um ator imprescindível nesse processo. Para compreendermos melhor isso, é importante iniciarmos essa construção a partir do conceito de Antonio Gramsci (1971) de “Estado ampliado”, que serve de base para a análise dos movimentos dos atores sociais entre a sociedade política e a sociedade civil.

Silva Filho (2023) explicita que, para tratarmos o conceito de Estado nessa perspectiva, é preciso enxergá-lo como um organismo composto de duas esferas interrelacionadas: o conjunto de organizações e instituições que configuram a sociedade civil e o conjunto de instituições públicas e seu aparato coercitivo que compõem a sociedade política. Ambas, atuam na linha de frente para sanar as demandas sociais e buscam assegurar, em espaços de tomada de decisão como através dos governos, o direito da população. Com base na visão gramsciana, o autor continua:

[...] o Estado não deve ser compreendido apenas como um aparelho repressivo e coercitivo, mas também como um conjunto de instituições e práticas sociais que desempenham um papel ativo na construção e manutenção do consenso e da dominação. Ele escreve que ‘O Estado é a totalidade das instituições políticas, jurídicas e administrativas, mas também das instituições educativas, culturais e ideológicas que criaram para a reprodução das relações sociais’. (Gramsci, 1971, p. 12 apud Silva Filho, 2023, p. 66).

Com base no pensamento gramsciano, instituições da sociedade civil – como, por exemplo, escolas, igrejas e meios de comunicação – fazem parte de um processo de disputa constante pela construção e manutenção da hegemonia. Ainda na perspectiva do filósofo, essas instituições cumprem um papel fundamental de propagação de ideologias e valores das classes dominantes, assegurando seu controle sobre as classes menos favorecidas e legitimando as relações sociais vigentes.

A elite empresarial, de acordo com a visão de Gramsci, não só organiza a sociedade a partir dos seus próprios interesses, mas utiliza-se de representantes, ou seja, indivíduos que têm o papel de gerenciar as relações entre o setor empresarial e as esferas sociais e estatais, a fim de criar condições favoráveis para sua expansão. Silva Filho (2023) destaca que, para

Gramsci, esses representantes são descritos como intelectuais orgânicos dessa classe que buscam sustentar a sua estrutura de poder, utilizando-se de articuladores de ideias para ocupar espaços de decisão. Dessa forma, assim como pontuado por Martins (2013, p. 43), os representantes de grupos da burguesia nacional não podem ser analisados como empresários desprovidos de interesses de classe, pois

Esses intelectuais têm atuado na construção de um consenso favorável à defesa de uma proposta educacional de acordo com a concepção de mundo que defendem, para tanto, eles pautam-se na colaboração entre setores da sociedade, nas vontades individuais e em uma nova postura de sensibilidade ou “nova consciência social” do empresariado frente às questões sociais. Tais sujeitos, em seu conjunto, buscam agir como classe dirigente, organizando e conferindo um direcionamento moral e intelectual à educação pública nacional.

Dessa forma, a análise gramsciana do Estado, da sociedade civil e do papel dos intelectuais revela que não há neutralidade no campo de disputa, mas atores que buscam defender as relações de poder propostas pela hegemonia. Com os conceitos de “Estado ampliado” e “intelectuais orgânicos”, devidamente explanados, surge a necessidade de compreensão do processo de operacionalização de como essa hegemonia vai sendo construída.

Inserção financeira no Estado

Durand (2016) trata das possíveis capturas do Estado pelas elites econômicas para, mediante seus recursos, capacidades e relacionamentos, estabelecer manobras para cumprimento de seus desejos. Segundo o autor, existem dois principais mecanismos de captura do Estado: as campanhas eleitorais para uma mudança de governo e o *lobby*, durante a gestão que tomou posse para governar.

O primeiro mecanismo se dá pelo financiamento de campanhas eleitorais. Esses atores empresariais buscam, através dessas doações, “[...] exercer influência sobre o governo para protegê-lo da arbitrariedade (seguro); ditar ou comprar leis, obter contratos e concessões; e obter acesso à propriedade estatal” (Durand, 2016, p. 35). Embora não signifique concretamente que a partir dessas doações a elite econômica terá esses parlamentares completamente subordinados aos seus interesses, a partir do momento em que eles aceitam esse financiamento, eles se veem em um contexto de aproximação com as agendas particulares do setor privado.

Assim, torna-se claro que o investimento da elite econômica objetivamente através desses parlamentares, e outros que podem mudar de posição durante o mandato tendo os mesmos recursos oferecidos, é buscar uma clara vantagem para aprovar leis e medidas que privilegiam seus interesses.

Um segundo mecanismo importante a ser pontuado é o já citado *lobby*, definido por Durand (2016, p. 38, tradução nossa) como “[...] a ação de pessoas politicamente bem conectadas para se envolverem com os tomadores de decisões políticas. Por isso, são definidos como ‘gerentes de interesse’”. Em órgãos públicos, particularmente no âmbito educacional, pode ser identificado a partir do processo em que atores específicos, dotados de interesses empresariais, buscam influenciar políticas públicas em prol de objetivos próprios, distorcendo pautas do interesse coletivo.

Esses “gerentes de interesse” trazidos por Durand (2016), de forma politicamente articulada, proporcionam de maneira direta uma pressão sobre legisladores e gestores educacionais, para garantir que manobras planejadas por eles sejam executadas.

Dessa forma, observa-se que o constante financiamento de campanhas políticas e movimentações articuladas que geram os lobbies, dá espaço para que, de forma sistemática, esses atores ganhem força dentro do Estado, gerando efeitos profundos na estrutura política e na formulação de políticas públicas. Esses dois mecanismos, quando articulados de forma contínua, geram um ciclo de captura que perpetua a influência da elite econômica sobre o governo, promovendo políticas que favorecem setores específicos. Como argumentado por Durand (2016, p. 41, tradução nossa),

O importante a ser considerado é que, se um sistema de captura for desenvolvido e reproduzido com sucesso governo a governo, ele cria um campo de força que tende a manter as nomeações gerenciadas; portanto, um mecanismo que pode ser gerenciado recorrendo-se à ‘porta giratória’.

A expressão “porta-giratória”, destacada pelo teórico peruano (2016), é utilizada para descrever o movimento constante e fluido de pessoas entre o setor privado e cargos públicos, especialmente, faz-se necessário destacar, em áreas de regulamentação, fiscalização e elaboração de políticas públicas. Um exemplo de como essa situação pode acontecer na prática é a contratação de uma pessoa que ocupava um cargo público na posição de regulador, por uma empresa privada que especificamente era fiscalizada por esse cargo enquanto estava no governo ou vice-versa. Essa rotatividade entre os cargos demonstra a necessidade de atenção frente a essas movimentações. Passos (2016, p. 116, grifo nosso) destaca que

No Brasil, a prática não é crime: são poucos os cargos públicos que exigem do seu ocupante uma quarentena de quatro meses após a demissão. Por isso, **a porta giratória é um mecanismo de captura corporativa muito utilizado por diversos setores para influir nas decisões do país, já que ex-gestores públicos trazem consigo não apenas acesso privilegiado às instâncias de poder, como também um acúmulo de conhecimento do *modus operandi* do órgão em que atuou.**

Ball e Youdell (2008), em seus estudos, trazem dois conceitos de privatização da educação pública: a endógena e a exógena. A privatização exógena é definida pelos autores como, a participação do setor privado através de serviços no âmbito público, com fins lucrativos. A privatização endógena, a que nos interessa nesse artigo, os autores destacaram como aquela que “[...] envolve a importação de ideias, técnicas e práticas do setor privado” (Ball; Youdell, 2008, p. 8-9, tradução nossa) para dentro do poder público.

Com as concepções baseadas em políticas gerencialistas, performáticas, que visam o trabalho (precarizado) como produto final da educação, os atores importam essas ideias e práticas do local que os formaram ou que geriram, para com as ferramentas viabilizadas pelo Estado colocá-las em prática em maior amplitude.

Dessa forma, torna-se nítido que o conceito de "porta giratória" está intrinsecamente ligado ao processo de privatização pontuado pelos autores. Uma vez que facilita a captura do Estado por interesses privados, especialmente em áreas de execução e de proposição de políticas públicas, transformando o Estado em um veículo de promoção do capital, ao invés de atender ao bem comum.

Metodologia

A abordagem adotada para o presente artigo é qualitativa de cunho exploratório por ter como “objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (Gil, 2008, p. 41). Pois, assim, possibilita uma análise aprofundada dos processos sociais e políticos que envolvem a relação entre o empresariado e o Estado brasileiro, com ênfase nas influências que os atores ligados às fundações empresariais podem exercer sobre as políticas educacionais. Zanette (2017, p.160-161) ressalta em seus estudos que

[...] Numa sociedade cada vez mais marcada pelas diferenças culturais, há de se levar em consideração a necessidade de métodos qualitativos para poder evidenciar as diferenças, sobretudo, na atualidade, em que as culturas estão sendo forçadas a se submeterem aos interesses econômicos do sistema, globalizado e hegemônico.

Trazendo para o âmbito educacional, é de suma importância reconhecer o método qualitativo como ferramenta para buscar a compreensão das nuances que perpassam os “interesses econômicos do sistema, globalizado e hegemônico”, como nos termos de Zanette (2017), quando nos propomos a analisar os atores que, defendendo esses interesses, ocupam os espaços de discussão e proposições de políticas educacionais.

Para analisarmos como funciona a influência de atores ligados a fundações empresariais que circulam em ambientes de disputas de ideias e fazem circular os seus interesses, o tipo de pesquisa que será realizada é a pesquisa documental, que busca por “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (Gil, 2008, p. 45). Exemplos de documentos são: arquivos de órgãos públicos e privados, fotografias, diários, gravações, ofícios, mapas, etc (Gil, 2008; Cechinel et al, 2016).

A pesquisa foi realizada a partir dos lugares/contextos que atores que integraram os principais cargos do Ministério da Educação, no intervalo tempo de 2023 e 2024, que corresponde aos dois primeiros anos do terceiro mandato do governo de Lula da Silva, ocupavam no cenário brasileiro antes da posse do presidente, são eles: o próprio ministro, o chefe de gabinete e os assessores especiais; a secretaria executiva, composta pelo secretário executivo, o secretário executivo adjunto e os três subsecretários das pastas que integram a secretaria; e os secretários das sete pastas que compõem o ministério. Ao total, serão 15 cargos analisados, a fim de verificar a temática proposta neste artigo a partir da equipe de autoridades que estava à frente do órgão nesse intervalo de tempo. No apêndice deste artigo, estão destrinchados, de forma breve, a função de cada cargo que é mais um elemento da importância de serem analisados.

Diante disso, a pesquisa documental é a ferramenta mais adequada para nos debruçarmos sobre diferentes óticas para entender a dinâmica estabelecida em seu contexto real. Os documentos que analisados foram: o Diário Oficial da União, onde consta os nomes dos atores, a época em que eles tomaram posse e para quais cargos; os currículos disponibilizados por tais indivíduos que estão sendo analisados no site do Ministério da Educação vinculado ao site do Governo Federal; o currículo desses atores disponibilizados na plataforma Lattes, referência de armazenamento de dados e informações no âmbito

acadêmico, para a partir disso identificar possíveis atravessamentos com as fundações empresariais⁴.

Após analisarmos as informações nos documentos oficiais, aqui já pontuados, realizamos uma pesquisa na plataforma Google relacionando o nome das pessoas que ocuparam os referidos cargos, no recorte de tempo supracitado, aos termos "fundação" e "fundações", com o intuito de averiguar uma possível vinculação desses profissionais a fundações empresariais.

Nesse sentido, uma plataforma de mídia social que funciona como uma rede profissional, chamada LinkedIn, revelou-se como um dos principais campos de pesquisa, posto que nela encontram-se informações detalhadas sobre o histórico profissional desses atores e as possíveis vinculações com a iniciativa empresarial. No âmbito privado, essa é uma importante plataforma digital para gerar visibilidade e estabelecer conexões entre possíveis empregadores e empregados, por isso dado o contexto de análise da pesquisa fez-se relevante a escolha desse meio para compor o trabalho.

A metodologia usada para analisar a investigação das relações entre o poder público e a iniciativa privada será a proposta por Stephen Ball (2014), chamada etnografia das redes. Esse método é caracterizado pelo teórico como um “[...] mapeamento da forma e do conteúdo das relações políticas em um campo particular” (2016, p. 28) para ir além da identificação desses atores, buscando analisar de maneira aprofundada as suas capacidades e influências nas suas redes políticas. Nesse sentido, essas redes políticas são definidas como

[...] um tipo de “social” novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos e movimentos. Eles constituem comunidades políticas, geralmente baseadas em concepções compartilhadas de problemas sociais e suas soluções; [...] As pessoas movem-se por tais comunidades e dentro

⁴ Informações extraídas dos sítios eletrônicos do Ministério da Educação. A saber:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-executiva>;
<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/veja-como-a-sase-trabalha-junto-aos-sistemas-de-ensino>;
<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-educacao-basica>; <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/secadi>;
<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/segape-atua-na-gestao-de-dados-de-politicas-educacionais>;
<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior>;
<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-educacao-superior>;
<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-executiva/stic>;
<http://portal.mec.gov.br/saa-subsecretaria-de-assuntos-administrativos>;
<http://portal.mec.gov.br/spo-subsecretaria-de-planejamento-e-orcamento>.

delas, e há novos tipos de carreiras em política e governança que podem ser construídas dentro delas. (Ball, 2014, p. 29).

O mapeamento das redes políticas acontece através da busca extensiva de informações em páginas na internet, seja por meio de participação de eventos relacionados à investigação, análise de documentos, *blogs*, análise de redes sociais, vídeos, *powerpoints* e currículos (Ball, 2014; Avelar; Ball, 2017).

Nesse contexto, faz-se necessário utilizar de ilustrações para organizar e compreender de maneira satisfatória os vínculos entre os grupos de forma sistematizada, com o objetivo de tornar nítidas as relações estabelecidas entre esses atores sociais. Segundo Estormovski, Silveira e Morescho (2022, p.106), “[...] com a etnografia é preciso ir além do desenho de setas que unem substantivos em um quadro, mas torna-se necessário aprofundar os sentidos sociais e políticos desses grupos e de suas iniciativas”.

A ferramenta utilizada pelas pesquisadoras acima para esta função é o *software Gephi*, Lima (2020), como uma possibilidade para visualizar e manipular redes naquele determinado momento, pois é um instrumento flexível que vai sendo alterado conforme as movimentações dos atores forem sendo estabelecidas. De uso gratuito e acessível, o *Gephi* utiliza de um símbolo, como um círculo, por exemplo, para representar a presença dos sujeitos analisados, que podem ser diferenciados por cores conforme suas conexões ou a importância dentro do contexto, e interseções, que representam as trocas e conexões entre elas.

Por fim, assim como pontuado por Ball (2014) o objetivo da etnografia das redes é identificar os atores, onde estão localizados nas redes, as suas influências e as suas atuações dentro das redes de relações.

A hipótese dessa pesquisa é a de que atores, atravessados pela iniciativa privada, ocupavam espaços de liderança no Ministério da Educação, durante o marco temporal dos anos de 2022-2024, e assim, contribuíram com os processos de privatização da educação brasileira.

Resultados e Discussão

Nesta seção, é apresentada análise dos resultados obtidos sobre os dados encontrados e tratados a partir da metodologia acima descrita. Inicialmente, faz-se imprescindível afirmar que a pesquisa, além de ser uma pesquisa documental, também tem um caráter exploratório sobre esses documentos que busca testar a hipótese deste artigo.

Antes de prosseguir com a análise, vale pontuar a composição da estrutura do MEC no momento em que este artigo foi desenvolvido a partir das lideranças escolhidas para a análise e a quantidade de atores que transitaram nesses cargos.

Com base nos documentos analisados: Diário Oficial da União, currículo disponibilizado no site oficial do Ministério da Educação do Governo Federal, plataforma Lattes, plataforma LinkedIn e pesquisa inicial na plataforma Google, os dados coletados foram tratados, analisados e categorizados, conforme o que se segue:

Durante os dois primeiros anos do mandato de Lula 3, passaram pelo MEC: 1 ministro da educação; 1 chefe de gabinete; 4 assessores especiais; 2 secretários executivos; 1 secretário executivo adjunto; 1 subsecretária da Subsecretaria de Gestão Administrativa (SGA); 1 subsecretário da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SGO); 2 subsecretários da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC); 1 secretária da Secretaria de Educação Básica (SEB); 2 secretários da Secretaria de Educação Superior (SESU); 2 secretários da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); 2 secretárias da Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior (SERES); 1 secretário da Secretaria de Articulação Intersetorial e os Sistemas de Ensino (SASE); 1 secretária da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI); 2 secretários da Secretaria de Gestão da Informação, Inovação e Avaliação de Políticas Educacionais (SEGAPE). Totaliza 24 atores que passaram pelo ministério em tela e que estavam nos cargos analisados no fim do ano de 2024.

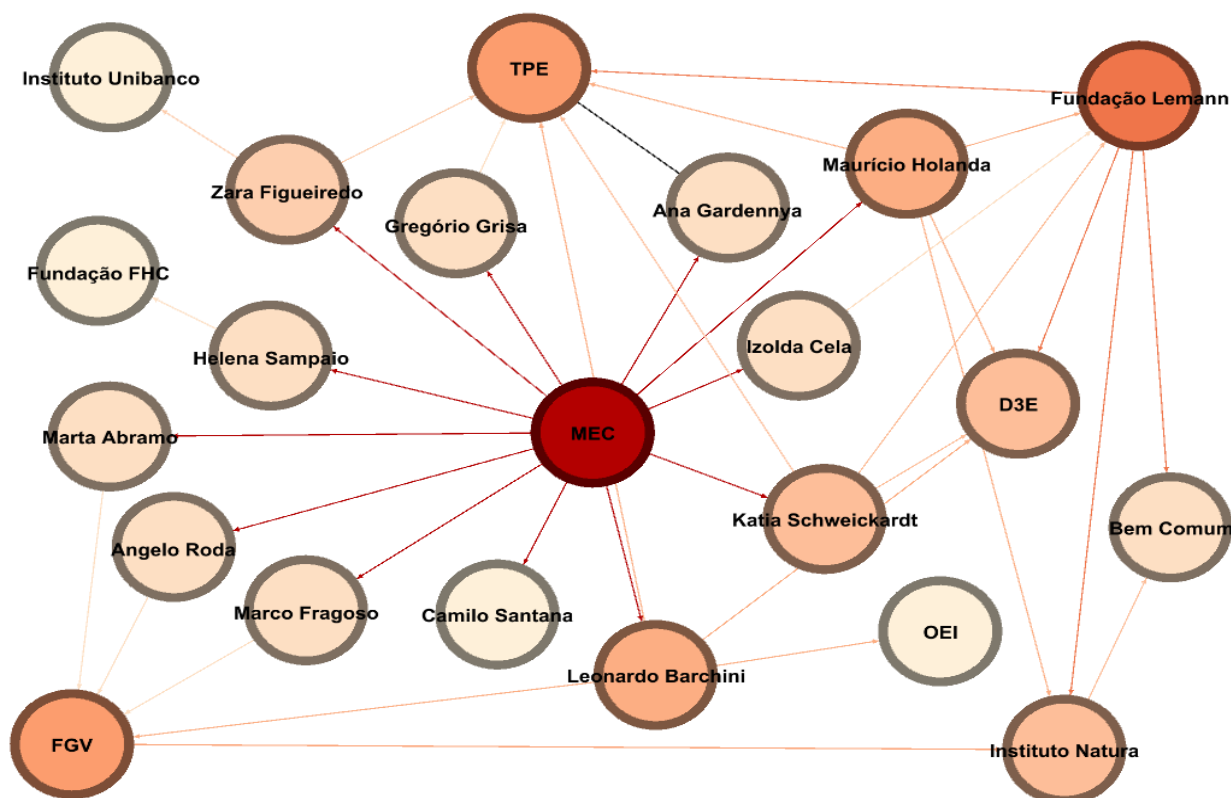
Diante do número total de atores e de cargos existentes que esta pesquisa se propôs a analisar, faz-se pertinente também descrever quais as funções que essas lideranças têm como responsabilidade desempenhar frente ao órgão máximo da educação no país. Isso porque, a partir do lugar ocupado, tornam-se mais evidentes as possíveis relações com o setor privado e as suas influências dentro do espaço de tomada de decisão.

Com essas informações explanadas e os dados analisados, chegamos ao seguinte número: dos 24 servidores analisados, foram encontrados 12⁵ que, entre pessoas que ocupam cargos no gabinete, secretaria-executiva e demais secretarias, tem algum tipo de relação com organizações sem fins lucrativos ligadas às fundações empresariais, sejam: ocupando cargos, prestando o serviço de consultoria educacional a essas fundações e/ou fizeram especialização voltadas a temática da administração pública, como Mestrado e Doutorado, nessas

⁵ Das 24 lideranças analisadas, foi possível encontrar 12 com ligações mais significativas com as fundações empresariais; no entanto, isso não significa que os outros 12 atores os quais não encontramos essas relações não as possuam, apenas não foi possível identificá-las nessa pesquisa.

instituições. O Grafo 1 construído, a partir do *software Gephi*, apresenta a rede de relações dos sujeitos supracitados

Grafo 1 – Rede de relações de 12 atores ligados ao Ministério da Educação



Fonte: Elaborada pela autora, a partir do *software Gephi*.

Legenda: As cores do organograma variam a partir de tons de vermelho, sendo o vermelho mais intenso de onde saem mais ligações até o tom mais claro, que possui só uma ligação.

Levando em consideração o limite da presente pesquisa, partimos dos critérios de tempo nas fundações, tempo de governo e impacto na educação pública, para aqui pontuar brevemente os atores, os seus currículos e as suas relações para discussão.

O ministro da Educação, Camilo Santana, é um dos servidores que compõe esse número que identificamos. Desde as duas gestões como governador do Ceará construiu uma imagem pública associada aos altos índices de educação do estado em avaliações nacionais. Durante os seus mandatos, promoveu a inserção de projetos e parcerias com fundações empresariais, tais como a parceria entre o Programa de Aprendizagem na Idade Certa (MAIS PAIC) com a Associação Nova Escola (ANE), que tem como mantenedora a Fundação

Lemann⁶, o Programa de Tutoria Pedagógica⁷, em parceria com o Itaú Social, e a parceria com a Fundação Lemann diretamente para formação de gestores⁸, dentro da máquina estatal. Esses são alguns exemplos da inserção dessas organizações no ente público, por meio de políticas públicas educacionais de caráter gerencialista e performático.

Essas políticas visavam, por exemplo, estimular a preparação intensiva dos estudantes para as provas, como do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e a formação de gestores em parcerias com organizações da sociedade civil, sob a lógica empresarial: liderança e performance. Essas iniciativas tinham como objetivo promover a concepção de eficiência, inspirada em uma perspectiva administrativa-empresarial. Dessa forma, é possível pontuar que, desde o seu governo estadual, já eram fomentadas parcerias entre fundações empresariais que influenciavam a educação cearense, seja ao nível de gestão, de docentes e de estudantes.

Durante os dois primeiros anos do terceiro mandato do governo Lula, a secretaria executiva do MEC teve dois atores que ocuparam o cargo e, a partir das pesquisas, identificamos relações dos dois servidores com a Fundação Lemann.

A primeira secretária-executiva, Izolda Cela, foi secretária de educação de Sobral/CE, vice-governadora nos mandatos de Camilo Santana e, após a renúncia para concorrer ao cargo de senador, Izolda tornou-se governadora do estado. A sua relação com a Fundação Lemann se dá em um contexto de altos índices nas avaliações de larga escala do município de Sobral e da intencionalidade da organização em propor parcerias em programas de alfabetização e formação de professores para o município em que ela era secretária da pasta. Com o tempo e a constância em resultados significativos, a fundação em diálogo com o seu esposo, Veveu Arruda, ex-prefeito de Sobral, propôs a criação de um Centro Lemann no município para “[...] formar lideranças educacionais que promovam a aprendizagem com equidade na educação básica”⁹.

⁶ Disponível em:

<https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/13384/PARCERIA%20P%C3%9ABLICO-PRIVADA%20ENTRE%20A%20ASSOCIA%C3%87%C3%83O%20NOVA%20ESCOLA%20E%20O%20PROGRAMA%20DE%20APRENDIZAGEM%20NA%20IDADE%20CERTA%20DO%20ESTADO%20DO%20CEAR%C3%81.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 mar 2025.

⁷ Disponível em:

<https://www.seduc.ce.gov.br/2016/04/14/seduc-e-fundacao-itaú-social-analisam-metodologias-para-o-desenvolvimento-de-competencias-de-gestores-escolares/>. Acesso em: 14 mar 2025.

⁸ Disponível em:

<https://consed.org.br/index.php/noticia/parceria-entre-seduc-e-fundacao-lemann-propicia-avancos-no-planejamento-pedagogico-de-escolas-estaduais>. Acesso em: 14 mar 2025.

⁹ Aba “quem somos”. Disponível em: <https://centrolemann.org.br/>. Acesso em: 7 mar 2025.

Ademais, o seu esposo é diretor-executivo da associação chamada Bem Comum que tem como propósito “[...] contribuir para elaborar e/ou executar políticas públicas em áreas que promovam o desenvolvimento humano integral nos aspectos da educação”¹⁰ apoiando estados e municípios para garantir uma educação de qualidade. A Bem Comum tem como principais parceiros: a Fundação Lemann, o Instituto Natura, o B3 Social e a Fundação Vale.

A primeira secretária executiva não ocupou um cargo, de fato, nessas organizações empresariais, mas esteve constantemente rodeada desses atores em participações de eventos realizados por eles e abrindo espaço dentro dos ambientes de discussões de políticas públicas para que as ideias desses pudessem transitar em meio às proposições de projetos públicos educacionais.

Na aba de experiência profissional da plataforma LinkedIn, Leonardo Barchini descreve a sua trajetória da seguinte forma: ocupou o cargo da gerência executiva do Programa Cidades e Territórios do Instituto Arapyaú, foi diretor da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e diretor-executivo da D3E (Dados para um Debate Democrático sobre a educação). Na aba “quem somos” do site do TPE, é possível encontrar o nome de Leonardo Barchini no tópico de associados efetivos com um asterisco, que sinaliza que está em licença. Para além, de ser pesquisador associado do Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP) e doutor pela Fundação Getúlio Vargas – informação encontrada no currículo disponibilizado no site oficial do MEC.

Um fato a se observar é que somado ao secretário-executivo, Leonardo Barchini, o chefe de gabinete do ministro, Angelo Roda e um dos subsecretários de Tecnologia da Informação e Comunicação, Marco Fragoso, cursaram Mestrado ou Doutorado na linha de administração pública na FGV. Informações essas também encontradas no currículo acessado no site do ministério.

Uma instituição privada de ensino, alinhada aos valores das fundações empresariais, que tem como suas bases o conhecimento de mercado, a liderança e a performance. Dessa forma, essa instituição pode possibilitar uma influência formativa, a partir de uma lógica mercadológica, para os atores que estarão a frente da formulação de políticas públicas brasileiras, mas que, em teoria, deveriam priorizar o interesse coletivo e o bem de todos no planejamento e execução desses projetos.

O secretário executivo adjunto, Gregório Grisa, não ocupou nenhum cargo diretamente em organizações ligadas ao empresariado. No entanto, compôs o grupo de

¹⁰ Aba “quem somos”. Disponível em: <https://abemcomum.org/>. Acesso em: 7 mar 2025.

especialistas e profissionais do campo educacional que constroem documentos para organizações. Exemplo disso foi o documento “Educação Já - contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na educação básica brasileira”¹¹, publicado em abril de 2022 pelo TPE.

No currículo disponibilizado no site oficial do MEC da assessora especial do gabinete do ministro, Ana Gardennya, antes de assumir o cargo no ministério, foi Gerente de Políticas Públicas Educacionais, com ênfase na articulação técnica com o poder público, do TPE. Organização essa que tem como mantenedores o Instituto Ayrton Senna, Instituto Bradesco, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho e dentre outros.

Ainda, através da plataforma LinkedIn e do currículo descrito no site do evento Summit Educação Estadão¹², encontramos que Kátia Schweickardt, antes de tomar posse como secretária de educação básica (SEB) do MEC, ocupou as seguintes posições: secretária de educação de Manaus; compôs o comitê de especialista do Centro Lemann; foi consultora em gestão de redes educacionais e formação de lideranças educacionais ligadas a Fundação Lemann; fez parte do programa de Rede de Líderes da mesma entidade; e foi membro dos Conselhos Consultivos da Associação Nova Escola da D3E.

No currículo Lattes de Helena Sampaio, primeira secretária da SERES do terceiro mandato de Lula, tem a informação que, em 2021, ela se tornou membro do conselho consultivo do Cento Ruth Cardoso, ligado à Fundação Fernando Henrique Cardoso.

A secretária de Regulação e Supervisão do Ensino Superior e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Marta Abramo, apresenta ligações com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Nas pesquisas realizadas no LinkedIn e na plataforma Google, é possível perceber uma quantidade significativa de palestras e eventos em que a secretária participava antes de tomar posse para o cargo, e depois também, ligadas a esta instituição.

O secretário de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE) e ex-secretário de educação do Ceará, Maurício Holanda Maia, foi secretário de educação de

¹¹Leonardo Barchini Rosa, Maurício Holanda Maia e Zara Figueiredo também participaram desse documento. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/04/educacaoja2022-abril02-todo-spelaeducacao.pdf>. Acesso em: 13 mar 2025.

¹² Disponível em: <https://summiteducacaoestadao.com.br/speaker/katia-schweickardt/>. Acesso em: 22 out 2024.

Sobral/CE, consultor educacional do Instituto Natura¹³, do Todos pela Educação e ocupou o cargo da direção de Relações Institucionais da D3E¹⁴, entidade criada pela Fundação Lemann.

Zara Figueiredo, professora doutora da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e secretária da SECADI, atuou como pesquisadora consultiva do Instituto Unibanco. Por exemplo, Zara participou de um documento intitulado “Equidade étnico-racial na educação - recomendações de políticas de equidade étnico-racial para os governos federal e estaduais”¹⁵ em dezembro de 2022, pouco antes de tomar posse para a secretaria. No documento, esse apoiado pelo TPE e que teve como contribuição técnica, o Instituto Unibanco, Itaú social e a Fundação Telefônica Vivo, Zara Figueiredo contribuiu diretamente no tópico “gestão de sistemas educacionais e financiamento”. Para além, de ser uma profissional convidada constantemente para eventos promovidos por essa instituição para debates voltados a temática étnico-racial e de políticas públicas educacionais.

Com base na concepção gramsciana, podemos compreender esses atores como, representantes de uma elite empresarial que, através de organizações da sociedade civil, supostamente, sem fins lucrativos, se utilizam da instituição escolar para criar um ambiente oportuno para a expansão e manutenção da hegemonia daqueles que detém o capital. Assim, dotados de influência e interesses privados, eles ocupam os principais espaços de liderança do órgão máximo da educação no Brasil, o Ministério da Educação.

Apesar das fundações e seus atores apresentarem programas e parcerias atraentes à primeira vista, ao analisá-los é possível identificar questões comuns entre essas preposições: a educação pública como um produto e os estudantes como consumidores em formação a serem moldados para as necessidades do mercado. O estudante como um indivíduo que reproduz comportamentos e pode ser treinado para transferir o conteúdo que, supostamente, aprendeu para avaliações que com o tempo aumentaram os índices daquela localidade.

Essa concepção neoliberal ignora a complexidade e a diversidade dos processos de aprendizagem. Assim, uma massa de estudantes sai das escolas públicas formados em realizar provas e sem experienciar múltiplos aspectos pedagógicos que atravessam aquele ambiente. Isso resultando, também, em futuros trabalhadores inseridos no mercado de trabalho de

¹³ Disponível em: SOUZA, A. L. L.; SILVA, A. F. da. A atuação do Instituto Natura na educação básica pública brasileira: dimensões e implicações sobre o direito à educação. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 17 e87957. Janeiro de 2023. . Acesso em: 21 jan 2025

¹⁴ Disponível em: https://d3e.com.br/wp-content/uploads/2021/06/RELinst_D3e_.pdf. Acesso em: 13 mar 2025.

¹⁵ Maurício Holanda Maia também participou como especialista consultivo do documento. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/12/educacao-ja-2022-equidade-etnico-racial.pdf>. Acesso em: 13 mar 2025

maneira subalternizada e a partir dessa realidade, reafirmarão o empreendedorismo como solução dentro dessas escolas, sendo essa uma forma ainda mais precarizada de trabalho.

Essas consequências não tocam somente os estudantes, mas os gestores e professores que precisam adaptar a sua prática para atender as políticas de metas, bonificação e concepções administrativas empresariais de gestão, durante todo o ano letivo. Ao priorizar interesses privados, perde-se a essência da educação como um processo de construção de saberes coletivo, que visa a formação cidadã.

A quantidade de atores identificados traduz de forma significativa como essas organizações não pressionam, somente, o Estado a dar conta de seus interesses, por meio dos seus programas e projetos, mas estão inseridos no ente público com capilaridade suficiente para colocar os seus “gerentes de interesse” (Durand, 2016) para defender as suas ideias dentro dos ambientes que pautam a educação pública.

Esse contexto reforça a ideia de que a formulação das políticas não ocorre exclusivamente dentro do Estado, mas sim em um processo de interação com atores sociais que possuem interesses e agendas próprias. Cada vez mais, ao que se demonstra, são nessas “[...] interações descentralizadas, mais ou menos regularizadas e coordenadas, entre o Estado e os atores sociais que a formulação de políticas se desenvolve” (Coleman; Skogstad, 1990 apud Ball, 2018, p.).

Assim, as redes políticas ocupadas pelos atores aqui destacados permeiam interesses de classe e concepções particulares no que diz respeito a educação pública. Dessa maneira, a escalada de influência levou esses indivíduos, formados e/ou com a atuação dentro de suas instituições, a ocuparem cargos definidores de formulação, planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação de políticas públicas educacionais. Essa atuação é problemática, no que diz respeito a defesa de uma educação crítica e que enxergue a integralidade do indivíduo no processo formativo.

Considerações Finais

A atuação das fundações empresariais dentro dos órgãos públicos não começou no governo em que este trabalho se propôs a analisar, mas é possível identificar, um histórico de uma mistura entre o público, o mercado e a filantropia (Avelar e Ball, 2017) que demonstra, como pontuado pelos autores, que “o mercado está se expandindo para sujeitar cada vez mais o social e o público aos rigores do lucro”.

A presença de atores ligados a fundações empresariais e instituições privadas em cargos estratégicos no MEC durante os dois primeiros anos do terceiro mandato de Lula revela uma dinâmica problemática na formulação e implementação de políticas públicas educacionais. A análise dos dados coletados demonstra um número significativo de indivíduos com essas relações, fazendo com que a linha entre o público e o privado seja ainda mais tênue.

A busca do Estado ampliado por uma educação de qualidade está sendo procurada em locais que pregam metas e resultados baseados na administração empresarial. A hegemonia estabelecida pelas organizações empresariais não busca, somente, propor possíveis “soluções” para os governos, mas realizar o empresariamento do espaço de produção de políticas (Martins, 2013), nesse caso através de seus representantes.

Durante a construção deste artigo, foram surgindo novos objetos que poderiam aprofundar a compreensão da influência dos atores ligados às fundações empresariais no MEC. Entre elas, destacam-se as análises das redes sociais institucionais do MEC e do ministro, considerando seu papel como formadoras de opinião pública e assim, na legitimação dessas relações. Além disso, outra questão relevante seria adentrar, de fato, a estrutura do MEC e analisar os atores que compõem as diretorias das secretarias, local em que as estratégias são planejadas e implementadas, de forma direta.

A educação pública precisa ser vista e respeitada como um direito de todos, assim como está descrita na Carta Magna brasileira, e que possibilite uma formação crítica e emancipadora para seus estudantes, não um produto moldado pelos interesses do mercado. Apenas dessa maneira, será possível alcançar o ideal de educação pública e com gestão pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada.

Referências

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1182464>. Acesso em: 21 out. 2024.

AVELAR, Marina; BALL, Stephen John. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. *International Journal of Educational Development*, v. 64, (s/n.), p. 65-73, nov. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320844667_Mapping_new_philanthropy_and_the_heterarchical_state_The_Mobilization_for_the_National_Learning_Standards_in_Brazil. Acesso em: 15 abr. 2025.

BALL, Stephen John; Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. Tradução: Celina Rabello Duarte, Maria Lucia Mendes Gomes e Vera Luiza Macedo Visockis. *Revista Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-15742005000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 mar. 2025

BALL, Stephen John; YOUDELL, Deborah. *Hidden Privatisation in Public Education*. Londres: Education International, 2008. University of London. Disponível em: https://www.right-to-education.org/sites/right-to-education.org/files/resource-attachments/Education_International_Hidden_Privatisation_in_Public_Education.pdf. Acesso em: 17 mar. 2025.

BALL, Stephen John. *Educação Global S. A.: Novas redes de políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, Stephen John. Política Educacional Global: reforma e lucro. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 3, n. 15, p. 1-15, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/jgorostiaga,+15+Artigo+Ball_28+setembro+de+2018_Português%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/jgorostiaga,+15+Artigo+Ball_28+setembro+de+2018_Português%20(2).pdf). Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 11.691, de 05 de setembro de 2023*. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11691.htm. Acesso em: 11 mar. 2025.

CARIELLO, Lisia. Todos Pela Educação e Bolsonaro: a relação entre o Estado Brasileiro e o Partido da Educação (2018-2021). *Marx e o Marxismo*, v. 9, n. 17, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/448>. Acesso em: 9 mar. 2025

CECHINEL, Andre et al. Estudo/Análise Documental: uma revisão teórica e metodológica. *Criar Educação – PPGE – UNESCO*, Criciúma, v. 5, n. 1, p. 1-7, jan./jun., 2016. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/2446/2324>. Acesso em: 10 out. 2024.

DURAND, Francisco. *Cuando el poder extractivo captura el Estado: lobbies, puertas giratorias y paquetazo ambiental en Perú*. Perú: Oxfam, 2016. Disponível em: https://peru.oxfam.org/sites/peru.oxfam.org/files/file_attachments/capturadurand%20VF_0_2.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

ESTORMOVSKI, Renata Cecilia; SILVEIRA, Carmem Lucia Albrecht da; MORESCHO, Sandra Maria Zardo. A etnografia de redes como instrumento metodológico de elucidação de redes políticas na educação. *Teoria e Prática da Educação*, v. 25, n. 1, p. 101-117, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/61821/751375154265>. Acesso em: 30 set. 2024.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *La Costruzione del Partito Comunista 1923-1926*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1971.

KRAWCZYK, Nora. *O ensino médio no Brasil (Em questão, 6)*. São Paulo: Ação Educativa, 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodaeducacao.org.br/images/publicacoes/pdfs/emquesto6.pdf>. Acesso em: 27 set. 2024.

LAMOSA, Rodrigo. A nova ofensiva do capital na América Latina: Todos Pela Educação? In: Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 29, 2017, Brasília. **Anais eletrônicos** [...]. Campo Grande: ANPUH, 2017. p. 89-105. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489967747_ARQUIVO_TextocompletoANPUH2017.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

LIMA, Paula Valim de. *O projeto educativo da nova direita brasileira: sujeitos, pautas e propostas*. 2020. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218427>. Acesso em: 18 jan. 2025.

MARTINS, Erika Moreira. *Movimento “Todos pela Educação”: um projeto de nação para a educação brasileira*. 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/915751>. Acesso em: 22 jul. 2024.

PASSOS, Najla. O complexo fármaco-político. In: BERRÓN, G.; GONZALES, L. (orgs.). *A Privatização da Democracia. Um catálogo da captura corporativa no Brasil*. São Paulo: Vigência – Oxfam Brasil, 2016. p. 109 - 122. Disponível em: http://www.vigencia.org/wpcontent/uploads/2016/08/Vige%CC%82ncia_Cata%CC%81logo_FINAL-1.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 1231–1255, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7pgYkYztK6ZyPny97zmQvWx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2024.

SILVA FILHO, Antônio Agostinho da. *Educação pública e a lógica privada: uma análise das tendências de privatização da educação em Pernambuco (2010-2018)*. 2023. f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, 2023. Disponível em: Acesso em: 23 nov. 2024.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). *Métodos de pesquisa*. Porto

Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

APÊNDICE (citar ao longo do texto em parênteses)

APÊNDICE A – Definição das funções dos cargos de liderança do MEC

Cargo	Função
Ministro(a) de Estado	Dirigir, coordenar e articular: a política nacional de educação; a educação em geral, compreendidos educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar; a avaliação, informação e pesquisa educacional; a pesquisa e extensão universitária; magistério e demais profissionais da educação; e a assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.
Chefe de Gabinete	Planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades de suas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas pelo Ministro de Estado no âmbito de sua competência.
Assessor(a) Especial	Assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social e em atividades de cerimonial e de preparo dos despachos de seu expediente; acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério em tramitação no Congresso Nacional ou encaminhados para a sanção presidencial; supervisionar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados ao Ministro de Estado; planejar, coordenar e supervisionar as publicações oficiais do Gabinete;
Secretário(a) Executivo(a)	Auxiliar o ministro na definição de diretrizes e na implementação das ações em educação; supervisionar e coordenar as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e orçamento, organização e modernização administrativa, recursos da informação e informática, recursos humanos, de serviços gerais e das demais secretarias.
Secretário(a) Executivo(a) Adjunto (a)	Assessorar e prestar assistência direta ao Secretário-Executivo na supervisão e coordenação de suas atividades; supervisionar a elaboração da proposta orçamentária da Secretaria-Executiva, bem como acompanhar e controlar a sua execução.
SubSecretário(a) da SGA	Vinculada à Secretaria-Executiva, sendo responsável por

	planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal e de Serviços Gerais e também com o Sistema de Pessoal da Administração Federal.
SubSecretário(a) da SPO	Vinculada à Secretaria-Executiva, é responsável por planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e os planos e programas anuais e plurianuais do MEC.
SubSecretário(a) da STIC	Vinculada à Secretaria-Executiva, é responsável por coordenar e supervisionar a elaboração, a execução e a avaliação das ações relativas ao Petic ¹⁶ e ao Pdtic ¹⁷ , em consonância com a EGD ¹⁸ , no âmbito do MEC e demais atividades de tecnologia da informação, comunicação e segurança cibernética.
Secretário(a) da SEB	Formular políticas para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Planeja, orienta e coordena a implementação dessas políticas por meio da cooperação didático-pedagógica, tecnológica, técnica e financeira.
Secretário(a) da SESU	Planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política nacional de educação superior.
Secretário(a) da SETEC	Formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), desenvolvidas em regime de colaboração com os sistemas de ensino e os agentes sociais parceiros.
Secretário(a) da SERES	Formular políticas para a regulação e supervisão de Instituições de Educação Superior (IES), públicas e privadas.
Secretário(a) da SASE	Construção de consensos e acordos ampliando as possibilidades de diálogo e pactuação entre gestores e representantes da sociedade civil, bem como desenvolve ações visando ao aperfeiçoamento dos processos de gestão, monitoramento e avaliação do planejamento educacional sobre diferentes aspectos.
Secretário(a) da SECADI	Implementar políticas educacionais nas áreas de

¹⁶ Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação.

¹⁷ Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.

¹⁸ Estratégia de Governança Digital.

	alfabetização e EJA, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais.
Secretário(a) da SEGAPE	A coordenação e definição de diretrizes para o monitoramento e a avaliação; o estabelecimento de parâmetros para o uso e compartilhamento de dados, com especial atenção à implementação da LGPD no âmbito do órgão; e a promoção da inovação e da transformação digital na gestão educacional.

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas informações disponibilizadas nos sítios eletrônicos do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - coletadas entre os dias 06/03/2025 e 07/03/2025.